

ACTAS
DO
COLÓQUIO

A RECEPÇÃO
DA REVOLUÇÃO
FRANCESA
EM PORTUGAL
E NO BRASIL

ACTAS
DO
COLÓQUIO

A RECEPÇÃO
DA REVOLUÇÃO
FRANCESA
EM PORTUGAL
E NO BRASIL
II

2 a 9 de Novembro de 1989

UNIVERSIDADE DO PORTO, 1992

A REVOLUÇÃO E AS INVASÕES FRANCESAS NO SERMONÁRIO DO PADRE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

O temperamento polémico do Padre José Agostinho de Macedo encontrou, nos conjunturalismos históricos em que decorreu a sua vida, motivos suficientes para se entregar às duas actividades para que foi superiormente dotado: o ministério do púlpito e o exercício da pena. De facto, entre estes dois pólos, sublinhou Alfredo Pimenta, se passou toda a sua existência, neles “permanecendo até ao fim: o de pregador e o de escritor” (1). Nunca o pensamento contra-revolucionário se afastou do seu espírito e, por mais acidentada que haja sido a sua trajectória eclesiástica e moral, jamais tergiversou nas veredas da ortodoxia católica.

Tido no seu tempo como orador sacro de primeira água, foi-o não apenas, ao que se tem dito, por mérito próprio, mas pela reconhecida mediocridade de seus émulos, Pinho Leal acentuou, com mal disfarçado entusiasmo, que “os seus eloquentíssimos sermões arrebataavam o auditório, que em chusma acorria a escutá-lo” (2). Ele próprio confessa, numa prédica de matiz político, que para o ouvir se encheu o templo lisboeta dos Mártires com mais de cinco mil pessoas de ambos os sexos, por entre um silêncio e compunção “nunca, ou raríssimas vezes”, vistas, à noite, na recolha de uma concorrida procissão de penitência organizada pela Irmandade de Nosso Senhor de Jesus (3). Compreende-se, pois, que o contemporâneo Balbi haja escrito a em *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal* exceder muito José Agostinho de Macedo “os seus rivais na oratória, onde brilha pelo vigor da sua eloquência, pela sublimidade dos seus pensamentos, pela vivacidade das imagens, pela emoção que sabe excitar, pela correcção do estilo e harmonia dos períodos” (4). Mais comedido, *et pour cause*, é Herculano pois ao referir-se-lhe, embora anotando que, na época em que viveu, “só um orador deixou pela estampa monumentos dignos de exame” se se entender à popularidade grangeada, observa ter devido Macedo “a popularidade que gosou, a um falso brilho no fundo das ideias, e sobretudo a essa instrução superficial que começa a invadir a capital, e que é mais danosa às letras do que a ignorância”. E, carregando

a espadeirada contundente, acrescenta: “Sem vislumbres da sublimidade do Bossuet, sem a unção de Fenelon, sem a profundidade de Bourdaloue, sem a nobre e evangélica simplicidade de Paiva de Andrade, ganhou seu renome com os ouropeis de Séneca, mas tal renome, se ainda soar na posteridade, não será para as suas cinzas um bafejo consolador de glória” (5). O certo é que a pregar ganhou o renome e também o pão de cada dia. Na verdade, informa Inocêncio, durante os longos anos que exerceu em Lisboa o ministério do púlpito, “levando a primazia aos pregadores do seu tempo”, colheu “d’elle meios sufficientes para sustentação, sem que jámais solicitasse emprego, ou benefício ecclesiástico” (6). Corria que nunca estudava os sermões e, dotado de uma memória prodigiosa, chegava a pregar sete e oito sobre o mesmo assunto e no mesmo dia, “e todos inteiramente diferentes, e todos igualmente eloquentíssimos”, cativando vastos e vários auditórios para o que concorreria sua simpática e magestosa figura (7). Não admira, por isso, que, a 8 de Novembro de 1802, o nomeassem pregador régio, sendo escutado com frequência pela corte e família real ao longo de quase um trintena de anos.

Na pena como na tribuna sagrada, sempre se mostrou irredutível inimigo das ideias revolucionárias que, a partir de 1820, se oficializaram em Portugal, “e a sua veia mordaz e chistosa deu profundos golpes nos inimigos de Deus, da pátria e do Rei” (8). Daí D. Miguel — que muito o apreciava e o tinha por um denodado paladino do regime legitimista de que era guardião — o haver nomeado, já se lhe aproximava a idade dos setenta anos, cronista-mor do reino (9). E a tal ponto o quis, aliás merecidamente, distinguir que o honrou na morte, fazendo-lhe o funeral e ordenando fosse seu corpo transportado num coche da casa real e se lhe moldasse em cera a máscara funerária, para lhe erguer mais tarde um busto (10).

Egresso do Convento da Graça, em Lisboa, onde professara na regra dos eremitas de Santo Agostinho, foi compelido a despir o hábito monástico. Manteve-se, no entanto, sempre fiel ao ideário contra-revolucionário, por que também militaram o bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo, o cisterciense e, depois, titular da Sé de Évora, D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, e o também seu confrade na estamenha religiosa, Fr. José da Sacra Família, para além dos seculares António Ribeiro Saraiva, Marquês de Penalva e José da Gama e Castro.

A todos parecia que a luta, por decisiva para a causa do Trono e do Altar e mais extremada e violenta em Portugal com o dobrar do século, justificava plenamente a mobilização de todos os meios. E os que estavam mais ao alcance, sobretudo de quantos pela ordenação eram serventuários do sagrado, acabavam por ser: o púlpito e a pena. Para o prestígio e poder do primeiro concorriam, ao tempo, na manobra e influência da opinião pública, a assídua prática religiosa e o analfabetismo da maioria da população, com reduzido acesso à leitura das gazetas, dos panfletos e de toda uma propaganda ocasional afixada e distribuída.

Não muitos são os sermões impressos do Padre José Agostinho de Macedo, apesar dele próprio confessar que só em acção de graças pela restauração do Reino por altura de 1808, na retirada das tropas de Junot, haver pregado para cima de quarenta vezes, em quase todas as igrejas da capital, e da insistência com que lhe pediam que os entregasse ao prelo ⁽¹⁾. Referentes a este período agitado da história pátria, não se lhe conhece, de facto, mais do que uma escassa meia dúzia de textos impressos: dois relativos à expulsão do exército ocupante em 1808; um de teor deprecatório, em 3 de Agosto de 1811, por ocasião da entrada de Massena pela fronteira para ocupar pela terceira vez o país; e dois congratulatórios, em 1814, de regozijo pela paz geral da Europa, pondo termo às ocupações e investidas do imperialismo napoleónico com a assinatura do Tratado de Paris. E é quanto nos resta do seu verbo eloquente e atribiliário. Muito pouco, afinal, do que na sanha de uma ímpar actividade interventora, haveria proferido na conturbada conjuntura.

Observou com justeza Alfredo Pimenta, escrevendo a propósito do labor oratório de José Agostinho de Macedo: “Sermões e discursos são para serem ouvidos. Peças para leitura, pertencem ao espólio do *escritor*, que não do orador. Nos *discursos* de Cícero, ou nos *Sermões* de Vieira, nós admiramos a arte do escritor e não a arte do orador. Esta, só a apreciou quem ouviu Cícero no fôro e no Senado, e Vieira no púlpito” ⁽²⁾. Mas, se a vibração da palavra sublinhada pelo gesto expressivo, a trair o actor que no fundo o pregador também é, já não anima obviamente a parenese impressa, a placidez inerte do texto escrito torna-o, porém, disponível para uma análise serena à sua tessitura retórica e à teia das ideias veiculadas.

Ocorre agora perguntar: — Que perpassa, nestes sermões de circunstância? Que vectores constituem as nervuras desse tecido

